

MIKHAIL GORBACHEV PERESTROIKA

NOVAS IDÉIAS PARA O MEU PAÍS
E O MUNDO

Tradução de
J. ALEXANDRE



EDITORA BEST SELLER

MIKHAIL
GORBACHEV
PERESTROIKA

Título original: *Perestroika — New Thinking for Our Country and the World*

Copyright © Mikhail Gorbachev, 1987

Publicado sob licença da Harper & Row, Publishers, Inc., New York, N.Y., U.S.A.

Perestroika — Novas Idéias para Meu País e o Mundo
Copyright desta tradução © Editora Nova Cultural Ltda.
Todos os direitos reservados.

EDITORA BEST SELLER
uma divisão da Editora Nova Cultural Ltda.
Av. Brig. Faria Lima, 2000 — CEP 01452 — Caixa Postal 9442
São Paulo, SP

ISBN 85-85091-86-X

10 9 8 7 6 5 4

SUMÁRIO

AO LEITOR	7
PRIMEIRA PARTE: PERESTROIKA	
CAPÍTULO UM: Perestroika, Origens, Conteúdo, Caráter Revolucionário	15
<i>Perestroika: uma necessidade urgente — Voltando a Lênin, fonte ideológica da perestroika — Um programa preparado com cuidado, não uma declaração pomposa — Mais socialismo e mais democracia — Lições de História — O que nos inspirou a lançar a perestroika — Perestroika é uma revolução — Uma “revolução de cima”? O partido e a perestroika.</i>	
CAPÍTULO DOIS: A Perestroika em Marcha. Primeiras Conclusões	65
1. A Sociedade É Colocada em Movimento	66
<i>Como tudo começou — A perestroika ganha impulso — Não temos fórmulas prontas — Mais luz para a glasnost — A perestroika e a classe intelectual.</i>	
2. A Nova Política Econômica e Social em Ação	93
<i>Reforma econômica: a reunião plenária do Comitê Central do PCUS em junho de 1987 — Em busca da contabilidade do custo total — Um novo conceito de centralismo — Objetivo: padrões tecnológicos mundiais — O tecido vivo da perestroika — A política social da reestruturação.</i>	
3. Caminhando pela Estrada da Democratização	116
<i>Nossa principal reserva — A observância da lei: elemento indispensável na democratização — A perestroika e os soviets — O novo papel dos sindicatos — Os jovens e a perestroika — As mulheres e a família — A união das nações socialistas: uma formação única — Prestígio e confiança.</i>	
4. O Ocidente e a Reestruturação	142

nômicos, científicos e tecnológicos com o exterior, inclusive os mantidos através de organizações econômicas internacionais.

Estamos dizendo abertamente para que todos ouçam: “Pre-
cisamos de uma paz duradoura para nos concentrarmos no de-
senvolvimento de nossa sociedade e para enfrentarmos a tarefa
de melhorar a vida do povo soviético. Nossos planos são fun-
damentais e de longo prazo”. É por isso que todos, inclusive
nossos parceiros rivais do Ocidente, devem entender que nossa
política internacional de construir um mundo sem violência e
sem armas nucleares, e de estabelecer padrões civilizados nas
relações inter-Estados, é igualmente fundamental e confiável em
seus princípios básicos.

SEGUNDA PARTE

AS NOVAS IDÉIAS E O MUNDO

CAPÍTULO TRÊS

Como Vemos o Mundo de Hoje

Onde estamos

COMEÇAMOS A PERESTROIKA em uma situação de tensão internacional crescente. A *détente* dos anos 70 dava sinais de exaustão e nossas manifestações em nome da paz não encontravam eco entre os dirigentes ocidentais. A política externa soviética mostrava-se vacilante, recrudescia a corrida armamentista e intensificava-se a ameaça de guerra.

Na busca de alternativas que fizessem reverter essas tendências, algumas questões se tornavam imperativas: por que isso está acontecendo? Qual a conjuntura criada pelo desenvolvimento mundial? Para enfrentá-las, tivemos de nos debruçar sobre a realidade, na tentativa de analisá-la de modo realista e objetivo, deixando de lado os vícios de análise habituais. Como dizemos na Rússia, tornou-se necessário encarar a realidade “com novos olhos”.

Como se define o mundo em que vivemos, cenário da vida das atuais gerações humanas? É um mundo de tendências variadas, algumas vezes divergentes, dinâmico, permeado de tendências opostas e contradições agudas. É um mundo de mudanças sociais fundamentais, de revoluções tecnológicas e científicas extremamente abrangentes, de problemas globais cada vez mais sérios e de mudanças radicais quanto à informação. É um mundo no qual convivem, lado a lado, as mais fantásticas possibilidades de desenvolvimento e progresso e a pobreza

mais abjeta, o atraso e o medievalismo. Um mundo que abriga vastos "campos de tensão".

Muitos anos atrás, tudo era consideravelmente mais simples. Havia estabilidade entre os poderes dominantes, os interesses equilibravam-se e, quando o equilíbrio se tornava impossível, declarava-se guerra. As relações internacionais construíam-se a partir do equilíbrio entre os interesses desses vários poderes envolvidos. Aqui manda um, ali manda outro, acolá um terceiro. Basta um rápido correr de olhos sobre os últimos quarenta anos, do pós-guerra até nossos dias, para ver que tudo mudou.

O quadro político mundial inclui o conjunto considerável dos países socialistas, que percorreram um longo caminho em busca do desenvolvimento em um período de tempo relativamente curto; inclui também os Estados capitalistas desenvolvidos, com seus interesses específicos, sua história, suas preocupações e problemas; além dos países do Terceiro Mundo, que começaram a emergir nos últimos trinta ou quarenta anos, à medida que nações da Ásia, África e América Latina foram se tornando independentes.

Parece evidente que cada grupo de Estados e cada país, considerado individualmente, tenha interesses próprios. De um ponto de vista lógico elementar, todos esses interesses deveriam refletir-se mais, ou menos, na política mundial. Mas não é o que acontece. Já em mais de uma oportunidade, tenho dito e repetido aos meus interlocutores de países capitalistas: vamos considerar os fatos reais. Há o mundo do capitalismo e o mundo do socialismo e há, também, o vasto mundo dos países em desenvolvimento, que abriga bilhões de pessoas. Cada país tem seus problemas, mas os países em desenvolvimento têm cem vezes mais problemas que os demais, e essa constatação não pode ser ignorada. Esses países também têm interesses nacionais a defender. Foram colonizados durante décadas e lutaram muito para conquistar a independência. Livres, desejam melhorar a qualidade de vida de seus povos, desejam aplicar seus recursos naturais conforme critérios próprios, desejam construir uma economia e uma cultura independentes.

Será razoável imaginar que chegaremos a relações internacionais normais e justas levando em consideração apenas os interesses, digamos, da União Soviética, dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha ou do Japão? Não. É imperativo que se consiga um equilíbrio entre todos os interesses envolvidos. No presente momento, ainda não chegamos a isso. Por hora, os ricos continuam a enriquecer cada vez mais e os pobres tornam-se mais pobres a cada dia. Lentamente, porém, começam a surgir no Terceiro Mundo alguns dos processos que poderão vir a alterar dramaticamente o sistema das relações internacionais.

Ninguém pode ignorar o mundo socialista, o mundo em desenvolvimento ou o mundo capitalista desenvolvido. De qualquer modo, parece pesar ainda a idéia de que o socialismo é um acidente da História, mais dia menos dia condenado ao desaparecimento. Então o Terceiro Mundo voltará a ser subjogado, tudo voltará a ser como antes e uns poucos voltarão a poder sonhar com a prosperidade à custa de muitos. A fuga rumo ao passado jamais nos habilitará a enfrentar os desafios do futuro, e qualquer tentativa nessa direção se limitará sempre ao aventureirismo baseado no medo e na desconfiança.

Não nos limitamos a reavaliar a realidade de um mundo multifacetado e multidimensional e a analisar apenas as diferenças de interesse entre os vários Estados. Chegamos ao âmago da questão: a tendência, cada vez mais acentuada, de interdependência entre todos os Estados da comunidade mundial. Essa é a dialética do momento de desenvolvimento que vivemos. O mundo — contraditório, social e politicamente divergente, mas ainda assim interligado internamente e uno, em larga medida — está defrontando com grandes dificuldades, abrindo caminho, contudo, através do conflito de forças opostas.

Outra característica não menos evidente de nosso tempo é a emergência e o agravamento das questões chamadas "planetárias" ou globais, que também se tornam vitais para o destino da civilização. Entre essas, destacam-se as questões relativas ao meio ambiente, à conservação da atmosfera, dos oceanos e dos recursos tradicionais do planeta, que, por fim, se revelam limi-

tados. As antigas e as novas preocupações da humanidade podem se resumir a uma única questão: como proceder para acabar com a fome e a miséria em vastas áreas da Terra? Aqui também o trabalho conjunto — como na pesquisa espacial e em outras, relativas ao aproveitamento dos oceanos — pode trazer grande benefício à humanidade.

Muito teria eu a dizer sobre o que estamos fazendo a nível nacional, em nosso país, para tentar resolver esses problemas. Já fiz referências a alguns desses programas ao discorrer sobre nossa perestroika. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance.

Mas a URSS não pode, sozinha, resolver todas as questões e não nos envergonhamos de repeti-lo, pedindo, mais uma vez, a colaboração das demais nações. Sabemos perfeitamente de nossa responsabilidade e não nos abalam as falsas considerações de “prestígio” ao afirmarmos que todos nós, no mundo atual, temos uma dependência mútua e nos tornamos cada vez mais indispensáveis uns aos outros. Essa a nova realidade do mundo em que vivemos: nossos destinos estão ligados aos destinos de todas as nações do planeta. Vivemos dos recursos limitados e da natureza desse planeta, os quais devemos preservar. A cada dia que passa, mais urgente se torna a necessidade de estabelecermos regras e procedimentos internacionais justos, que assegurem a utilização racional desse patrimônio de toda a humanidade.

É esse o contexto no qual analisamos nossa interdependência, na integridade do mundo, na necessidade imperiosa de que se somem esforços para a preservação do meio em que vivemos, em nome do presente e do amanhã.

Por fim, mas não menos importante, há ainda mais um aspecto que não podemos deixar de levar em consideração. Ao atravessar os umbrais da era nuclear, quando a energia do átomo passou a ser usada para fins militares, a humanidade perdeu seu caráter imortal.

No passado houve guerras, guerras terríveis, que ceifaram milhões e milhões de vidas humanas, destruíram vilas e cidades, nações e culturas inteiras. Mas, em momento algum, qualquer

dessas guerras ameaçou a continuação da vida sobre o planeta. Hoje, contudo, na hipótese de eclodir uma guerra nuclear, a própria espécie humana será varrida da Terra.

Uma impossibilidade lógica, ou seja, que a humanidade possa vir a ser destruída várias vezes, é hoje tecnicamente possível. Os arsenais nucleares são tão grandes que, para cada um dos habitantes do planeta, há uma quantidade de cargas atômicas capaz de queimar uma extensíssima área. Um único submarino carrega explosivos em quantidade equivalente a várias vezes todos os armamentos usados na Segunda Guerra Mundial. E há dúzias de submarinos desse tipo!

A corrida armamentista, como a guerra nuclear, não terá vencedores. A continuação dessa corrida no planeta, extensiva também ao espaço, fará com que se acelere a acumulação e modernização do arsenal nuclear a níveis ainda inimagináveis. A situação mundial poderá, de um momento para outro, deixar de depender de decisões políticas para submeter-se, exclusivamente, à sorte. Todos nós nos vemos frente a frente com a necessidade de viver em paz, de encontrar outro modo de pensar e analisar a realidade, pois as atuais condições de vida que enfrentamos são muito diferentes das que existiam há três ou quatro décadas.

É hora de esquecer qualquer aspiração imperialista em termos de política externa. Nem a URSS nem os EUA estão em condições de impor seus próprios pontos de vista às demais nações. É possível ainda suprimir, eliminar, subornar, destruir, sabotar, mas apenas por pouco tempo. A longo prazo, em termos de política ampla, ninguém mais conseguirá subjugar ninguém. Por isso, também, apenas um tipo de relacionamento poderá sobreviver: o relacionamento entre iguais. É importante que todos nos demos conta dessa realidade. Ao lado dos aspectos já discutidos, as armas nucleares, a ecologia, a revolução científica e tecnológica e a informática, também essa constatação nos obriga a nos respeitarmos mutuamente.

Assim é nosso mundo — complexo, sim, mas não sem esperança. Temos certeza de que os problemas serão superados, desde

que todos repensemos nosso papel no momento histórico que vivemos e sejamos capazes de agir de modo responsável.

As novas idéias políticas

Nos dois anos e meio que se passaram desde abril de 1985, temos nos dedicado a analisar a situação mundial, na tentativa de encontrar caminhos para um mundo melhor, e avançamos muito. É hora de nos determos sobre as atitudes concretas que temos tomado, com a intenção de tornar mais amistosa a atmosfera internacional. Vamos ao ponto mais importante.

Atco f Tendo adotado, no 27º Congresso, o conceito básico de um mundo contraditório, mas inter-relacionado, interdependente e, essencialmente, uno, demos início à implementação de nossa nova política externa. Sim, continuamos a manter nossa especificidade no que diz respeito ao nosso sistema social, à nossa ideologia e nossas idéias sobre religião e ao nosso modo de vida. Sem dúvida, as diferenças persistem. Mas será necessário levar essas diferenças às últimas conseqüências? Não será mais razoável deixar de lado as diferenças que nos separam, em nome do interesse superior de toda a humanidade, em nome da vida na Terra? Já fizemos nossa escolha, definindo as linhas de uma nova perspectiva política, seja através de pronunciamentos, seja através de ações e compromissos específicos e claros.

O povo está cansado de tensões e confrontações. O povo prefere buscar um mundo mais seguro, onde cada um possa preservar suas próprias convicções filosóficas, políticas e ideológicas.

Mantemos os olhos abertos para o que está acontecendo. Vemos que alguns estereótipos persistem e que velhos pontos de vista deitaram raízes fundas, das quais brotaram tendências militaristas e ambições imperialistas, que fazem com que alguns países sejam vistos como alvos fáceis de manipulação política, privados do direito de escolher e implementar uma política externa independente.

Não estamos propondo nenhum método super-radical para a resolução dos vários problemas regionais, embora, em deter-

minadas circunstâncias, esses métodos possam vir a ser necessários. Não desejamos tratar de temas de interesse internacional de modo a criar áreas de atrito e confrontação. Embora não aproveamos o tipo de relação que ora se estabelece entre o Ocidente e os países em desenvolvimento, não estamos pregando o imediato rompimento de relações. Acreditamos que essas relações possam ser transformadas, expurgadas dos vestígios de neocolonialismo, o qual difere do velho colonialismo apenas porque dispõe de mecanismos de exploração mais sofisticados.

É preciso que se criem condições para que os países em desenvolvimento possam assumir o controle de seus próprios recursos naturais e humanos, de modo a utilizá-los em benefício de seu povo.

A normalização das relações internacionais referentes à economia, informática e ecologia deverá basear-se na mais ampla internacionalização. Há indícios de que o Ocidente gostaria de manter as "coisas em família", digamos, restritas ao Grupo dos Sete, dos Cinco etc. Provavelmente, é essa a idéia que explica as várias tentativas de desacreditar a Organização das Nações Unidas. Alega-se, por exemplo, que a ONU já não cumpre o papel que lhe cabe, que está se desintegrando. E isso hoje, quando são tantas as alterações que agitam o mundo, tantos os Estados em conflito e tão urgente é a necessidade de encontrar um meio-termo de equilíbrio entre todos esses interesses. Nas atuais circunstâncias, a ONU, com a vasta experiência que acumulou na arbitragem de relações internacionais, torna-se mais importante do que nunca.

Verdade que nem sempre os esforços da ONU foram coroados de êxito. Mas ainda assim, em minha opinião, essa organização é o fórum mais apropriado para o confronto e acerto entre os vários interesses nacionais em busca de equilíbrio, o qual, mais do que nunca, é essencial para a estabilidade mundial.

Entendo que as coisas não possam mudar do dia para a noite. Entendo, também, que o Ocidente e a URSS continuarão a ter pontos de vista diferentes sobre vários temas específicos. Ainda assim, porém, como já disse, as nações do mundo es-

tão, hoje, como um grupo de alpinistas em uma escalada, atados todos à mesma corda. Podem escolher subir juntos até o pico da montanha ou cair, juntos, no abismo. Com o objetivo de evitar a queda, os líderes políticos deveriam ser capazes de ver além do horizonte estreito dos interesses imediatos e perceber o drama da verdadeira situação em que nos encontramos. É necessário e urgente, hoje, que todos se habilitem para uma nova compreensão da realidade e dos vários fatores que a compõem.

Já não é mais possível fazer política a partir de idéias válidas para 1947, a doutrina Truman ou o discurso de Churchill em Fulton. É necessário pensar e agir de um modo novo, principalmente porque a História não pode esperar; o povo já não pode perder tempo. Amanhã talvez seja tarde demais e é possível que, depois, não haja dia seguinte.

O princípio fundamental do novo pensamento político é muito simples: a guerra nuclear não pode servir de instrumento para atingir objetivos políticos, econômicos, ideológicos ou quaisquer outros. Essa conclusão é verdadeiramente revolucionária, porque implica deixar de lado, para sempre, as tradicionais noções sobre guerra e paz. Sempre se usou uma justificativa para as guerras; sua função política serviu sempre de explicação “racional”, mas a guerra nuclear não pode ser explicada porque não faz sentido, é irracional. Não haverá vencedores ou vencidos em um conflito nuclear: a própria civilização será varrida do planeta. Será suicídio, e não “guerra” no sentido convencional da palavra.

Verdade é que a tecnologia bélica avançou de tal modo que mesmo uma guerra não-nuclear poderá ter efeitos comparáveis, em poder de destruição, à guerra atômica. Por isso é que nos parece razoável incluir, junto às guerras nucleares, também alguns tipos de guerra convencional em que possam envolver-se as grandes potências.

Por tudo isso, criou-se uma nova situação. Por séculos, provavelmente por milênios, a humanidade se habituou a pensar e a agir com os recursos da força para resolver alguns de seus

principais problemas políticos. Um hábito tão tradicionalmente arraigado que, à primeira vista, parece impossível alterá-lo. Hoje já não é possível continuar a pensar assim. A frase de Clausewitz, segundo a qual a guerra é a continuação da política, mudando-se apenas os meios, que sempre foi considerada “clássica”, parece hoje absolutamente fora de moda. Coisa de museu. Pela primeira vez na História, tornou-se exigência vital a idéia de se elaborarem normas de política internacional baseadas na ética e na moral, comuns a toda a humanidade, ao mesmo tempo que se humanizam as relações entre Estados soberanos.

Uma nova relação dialética entre força e segurança surge da impossibilidade de uma solução militar — ou seja, nuclear — para as questões internacionais. Já não se pode pensar em segurança a partir do uso de equipamento militar, nem de espadas ou tanques. É perda de tempo insistir em acumular armas ou dedicar-se a ser superior em termos militares. Nos últimos tempos, diante da impossibilidade e da inutilidade de continuar militarizando o planeta, começa-se a pensar em militarizar o espaço. Atitude espantosamente anacrônica, que só pode ser entendida a partir do papel artificialmente ampliado que os militaristas representam no quadro político.

Do ponto de vista da segurança, a corrida armamentista é absurda porque sua própria lógica interna leva à desestabilização das relações internacionais e, eventualmente, poderá levar a um conflito nuclear. Na medida em que desloca recursos de outras áreas prioritárias, a corrida armamentista acaba por fazer baixar o nível geral de segurança. Ela própria representa uma grave ameaça à paz. A única via que pode garantir a segurança das nações são as decisões políticas e o desarmamento. Em nossos tempos, pode-se garantir o mesmo nível de segurança, fazendo baixar o ponto de equilíbrio estratégico dos arsenais nucleares, até que todo o armamento atômico possa ser completamente eliminado.

É possível que alguns se assustem. “O que faremos, então, com o complexo industrial-militar?”, perguntam eles. Há tan-

tos salários envolvidos, tantos empregos e empregados. Essa questão foi objeto de análise de um dos mais recentes trabalhos de V. Leontyev, Prêmio Nobel, que acabou por demonstrar que esse argumento, o preferido dos militaristas, não tem consistência econômica. Para começar, em minha opinião, os salários do complexo industrial-militar são, em geral, três vezes mais altos do que os da indústria civil. Para cada emprego que desaparecesse, três poderiam ser criados. Em segundo lugar, atualmente, praticamente todos os setores da economia militar estão ligados à economia civil, prestando a ~~esses~~ muitos serviços. Bastará, assim, direcionar a produção para fins pacíficos, desestimulando, gradativamente, a produção bélica. Em terceiro lugar, tanto a URSS quanto os EUA poderiam dedicar-se a grandes programas conjuntos, reunindo esforços, recursos e potencial científico e intelectual para trabalhar no sentido de resolver os grandes problemas que afligem a humanidade.

O novo pensamento político exige o reconhecimento de um outro axioma simples: a segurança é indivisível. Ou existe igual segurança para todos ou não há segurança para ninguém. A única base sólida sobre a qual pode-se construir um esquema confiável de segurança é o reconhecimento de que todos os povos e países têm interesses específicos a serem defendidos e que todos são iguais nos relacionamentos internacionais. A segurança de cada nação depende da segurança de todos os membros da comunidade humana. Seria interessante para os EUA, por exemplo, se a URSS, de repente, se descobrisse em uma situação de menos segurança em relação a eles? Ou o contrário? De que nos serviria uma situação desse tipo? Posso responder com toda a firmeza que isso não nos traria benefício algum. Os adversários devem começar a trabalhar juntos e se tornar parceiros na busca de um modo de alcançar maior segurança para todo o planeta.

Já é possível observar os primeiros sinais do novo pensamento em muitos países, em diferentes estratos sociais. E isso é natural, porque é o melhor caminho para que todos cheguemos

a um acordo de compromisso mútuo e interesse recíproco, na tentativa de evitar uma catástrofe nuclear.

O novo pensamento também influencia, fortemente, o caráter das doutrinas militares, que passam a centrar-se nas teorias de defesa, ligadas às noções novas, ou relativamente novas, de suficiência razoável de armamentos, defesa não-agressiva, eliminação do desequilíbrio e da assimetria em vários tipos de forças armadas dos dois blocos e assim por diante.¹

A segurança universal, nos tempos atuais, repousa no reconhecimento de que todas as nações têm direito à escolha de seus próprios caminhos de desenvolvimento social, na recusa a qualquer interferência em assuntos internos das demais nações, no respeito que deve nortear as relações internacionais e, ao mesmo tempo, na análise objetiva e autocrítica de cada sociedade.

Qualquer nação pode fazer sua opção, seja pelo capitalismo, seja pelo socialismo, no legítimo exercício de seus direitos de soberania. Nenhuma nação pode, ou deve, orientar-se exclusivamente por padrões, sejam americanos, sejam soviéticos. Conseqüentemente, todas as posições políticas devem evitar a intolerância ideológica.

As diferenças ideológicas não devem interferir nas relações internacionais, nem a política externa poderá ser submetida a

¹ Nações socialistas européias já adotaram esse ponto de vista. A 29 de maio de 1987, em Berlim, o Comitê Político Consultivo aprovou um documento de grande importância, a "Doutrina Militar dos Países-Membros do Pacto de Varsóvia". O documento baseia-se no caráter essencialmente defensivo dessa doutrina. "Em hipótese alguma, sob nenhuma circunstância", diz o documento, "abriremos hostilidades contra qualquer Estado ou aliança de Estados, a menos que tenhamos, antes, sofrido agressão armada. Não seremos os primeiros a usar armas nucleares. Não aspiramos à posse ou propriedade sobre qualquer território na Europa ou fora dela. Os países-membros do Pacto de Varsóvia não consideram nenhum Estado ou povo como inimigo e estão prontos a estabelecer relações com todos os países, sem exceção, baseados na consideração mútua do interesse da coexistência pacífica e na segurança."

Os países do Pacto de Varsóvia não aspiram a manter contingentes ou arsenais militares maiores do que o estritamente necessário para sua defesa, aderindo rigorosamente ao princípio da suficiência para garantir sua segurança. Esses países propuseram à OTAN a realização de uma reunião conjunta dos dois grupos, na qual se comparariam as doutrinas militares das duas alianças com o objetivo de que ambas pudessem entender com mais clareza os objetivos do interlocutor. (Não obtiveram nenhuma resposta à proposta.)

elas, já que, por mais discrepantes que sejam as posições ideológicas, a preocupação com a sobrevivência e o cuidado em evitar a guerra serão sempre superiores e mais importantes.

O novo pensamento político considera também indispensável para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura, ao lado da superação da ameaça nuclear, a solução de outros problemas globais, como a questão do desenvolvimento econômico e as questões relativas à ecologia. O novo modo de pensar significa também perceber as relações diretas que se estabelecem entre desarmamento e desenvolvimento.

Defendemos a internacionalização dos esforços para a transformação do desarmamento em mais um dos fatores de desenvolvimento. Em mensagem que dirigi à Conferência Internacional de Nova York, no final de agosto de 1987, escrevi: “A implementação do princípio básico de desarmamento para o desenvolvimento pode e deve reunir a humanidade, criando condições para o surgimento de uma consciência global”.

A Declaração de Princípios para um Mundo Desnuclearizado e Não-Violento, de Nova Délhi, Índia, assinada pelo primeiro-ministro indiano Rajiv Gandhi e por mim, em novembro de 1986, reza: “Na era nuclear, a humanidade deve elaborar um novo pensamento político, um novo conceito de mundo que sirva de garantia efetiva à sobrevivência humana. Os homens querem viver em um mundo mais seguro e mais justo. A humanidade merece melhor destino do que a condenação ao desespero e ao terror nuclear. É necessário mudar a atual situação mundial, de modo a criar condições para o surgimento de um mundo desnuclearizado, livre de violência, ódio, medo e desconfiança”.

Já se podem ver os primeiros sinais significativos de que um novo modo de pensar começa a ganhar forma, de que os homens começam a perceber os graves riscos que o mundo está correndo. Mas o processo é longo e difícil, e mais difícil ainda é fazer com que esse tipo de entendimento se reflita nas ações políticas dos dirigentes, em seu verdadeiro modo de pensar. Mas creio firmemente que a nova mentalidade política acabará por

criar seus próprios caminhos, uma vez que nasceu da realidade dos tempos.

O caminho percorrido

Não temos a ambição de ensinar nada aos outros. Nós, que passamos muito tempo ouvindo dizer o que deveríamos fazer, acabamos por concluir que é perda de tempo querer ensinar aos povos como devem agir. Em primeiro lugar, porque é a vida que se encarrega de fazer com que alteremos nosso modo de pensar. Quanto a nós, o processo de aprendizagem foi gradual, cumprindo etapa após etapa, reavaliando sempre nossas idéias habituais sobre as questões de guerra e paz, sobre as relações entre os dois sistemas e refletindo sobre os problemas globais.

Foi um longo caminho. Há trinta longos anos, o 20º Congresso do PCUS chegou a uma importante conclusão, ao afirmar que uma terceira guerra mundial não era uma fatalidade inexorável e poderia ser evitada. A partir daí, estabeleceu-se o consenso de que um futuro conflito não apenas poderia ser adiado, em decorrência de se fazer prolongar uma “paz respeitosa”, como, também, que seria possível superar qualquer grande crise internacional por meios pacíficos. Nosso partido, então, proclamou-se convicto da possibilidade e da necessidade de se eliminar a ameaça de guerra, banindo-a, para sempre, da vida humana. Declarou-se formalmente que a guerra deixava de ser considerada pré-requisito indispensável às revoluções sociais. O princípio da coexistência pacífica foi redefinido, levando-se em consideração as mudanças determinadas pela Segunda Guerra Mundial.

Nos anos da *détente*, tentamos tornar mais denso esse princípio, através do estabelecimento de bases confiáveis para o diálogo e a cooperação internacionais. Durante esse período chegaram a ser firmados vários importantes tratados que cobriram o período do pós-guerra na Europa e melhoraram consideravelmente as relações entre americanos e soviéticos, com reflexos benéficos para a situação mundial.

A própria idéia de *détente* havia surgido da crescente consi-

cientização, por parte de todos, de que uma guerra nuclear não poderia ser vencida por nenhuma das facções envolvidas. A partir desse pressuposto, há cinco anos, declaramos ao mundo que jamais seríamos os primeiros a usar armamento atômico.

Outro importante avanço conceitual foi obtido em abril de 1985, pela reunião plenária do Comitê Central do PCUS, durante o 27.º Congresso do partido. Foi esse o momento preciso em que definiram-se as linhas básicas do novo pensamento político, reavaliando-se as noções sobre a correlação entre princípios de classe e princípios comuns a toda a humanidade, no mundo moderno.

Um novo modo de pensar não é uma simples improvisação, nem um exercício de lógica. É o resultado de um conjunto de reflexões sérias sobre o mundo atual, do entendimento de que uma atitude política responsável exige consubstanciação científica e da descoberta de que alguns postulados que até então pareciam intocáveis poderiam ser deixados de lado. O estabelecimento de uma nova perspectiva, as decisões *ad hoc* para alcançarmos objetivos intermediários, a busca de pontos de partida estritamente científicos para a análise da situação, tudo isso nos deu muito trabalho.

Pode-se dizer que essa nova mentalidade foi concebida com muito sofrimento. E jamais deixamos de buscar inspiração em Lênin. Voltando a ele, “relendo” seus textos com novos olhos, é sempre uma surpresa descobrir até que ponto ele foi capaz de ir à raiz dos assuntos e descobrir os fundamentos dialéticos mais intrincados dos processos do mundo. Líder do partido do proletariado, buscando os fundamentos teóricos e políticos das tarefas revolucionárias, Lênin podia ver longe, para além de suas limitações de classe. Mais de uma vez referiu-se à prioridade dos interesses comuns à humanidade sobre os interesses de classe. Só agora atingimos um nível de compreensão suficiente para dar conta da profundidade do significado de suas idéias. E são essas as idéias que norteiam hoje nossa filosofia das relações internacionais e nosso pensamento político.

Poder-se-ia contra-argumentar que filósofos e teólogos, ao

longo dos séculos, têm-se preocupado com os valores humanos “eternos”. É verdade, mas as idéias desses filósofos não iam além da “especulação escolástica”, de antemão condenada a se transformar em utopia. Ao aproximar-se o fim do século 20, século dramático, sob tantos aspectos, a humanidade vê-se obrigada a encarar a necessidade vital de reavaliar os valores humanos e selecionar os que são prioritários.

Desde tempos imemoriais, os interesses de classe foram a pedra de toque da política, tanto interna quanto externa. Nem é preciso dizer que sempre foram apresentados como interesses de uma nação, de um Estado ou de uma aliança, mascarados sob referências ao “bem-estar da humanidade” ou a valores religiosos. Ainda assim, não apenas os marxistas, mas um bom número de outros pensadores sérios, mostram-se convencidos de que, em última análise, a política de qualquer Estado ou aliança é determinada pelos interesses das forças sócio-políticas dominantes. O confronto, em determinadas circunstâncias, desses interesses, na arena internacional, levou a incontáveis guerras ao longo da História. Por isso a história política da humanidade é, em larga medida, uma história de guerras. No presente, essa tradição nos levará inapelavelmente ao holocausto nuclear. Todos nós, homens e mulheres, estamos em um mesmo barco, e caberá a nós a decisão: ou naufragaremos juntos, ou conseguiremos, também juntos, nos salvar. Por essa razão, as conversações sobre desarmamento não são um jogo que possa ser disputado entre alguns contendores e vencido por qualquer deles. Ou vencemos todos ou seremos todos derrotados.

A espinha dorsal do novo pensamento é o reconhecimento da prioridade dos valores humanos ou, para ser mais exato, da necessidade de sobrevivência da humanidade.

Talvez soe estranho que os comunistas se preocupem tanto com interesses e valores humanos. Na verdade, a ênfase dada aos motivos de classe, no estudo dos fenômenos da vida social, é o á-bê-cê do marxismo. Mesmo hoje, essa abordagem ainda dá conta, plenamente, das realidades de uma sociedade de classes, que abriga interesses conflitantes, assim como dá conta das

realidades da vida internacional, também permeada pelas mesmas oposições. Até nossos dias, a luta de classes continua a ser o pivô do desenvolvimento social, e a situação se mantém assim em todos os países divididos em classes. Evidentemente, nessas circunstâncias, a filosofia marxista foi dominada — no que diz respeito às principais questões da vida social — por uma abordagem inspirada na divisão de classes. As noções humanistas eram vistas como função desse processo e resultado final da luta da classe operária, aquela que, ao se libertar, liberta toda a sociedade dos antagonismos de classe.

Agora, com a emergência das armas nucleares, com o risco iminente de total destruição da vida, surge um limite objetivo à confrontação dos interesses de classe na arena internacional: a ameaça de destruição universal. Pela primeira vez, em todos os tempos, surge um interesse humano real, nem distante nem especulativo: a necessidade de salvar a humanidade do desastre.

O programa do PCUS, adotado pelo 27º Congresso do partido, apresenta já algumas mudanças consonantes com o espírito das novas idéias. Especificamente, já não parecia possível se manter apegado à noção de coexistência pacífica entre Estados com diferentes sistemas sociais, como “uma forma específica de luta de classes”.

atenção!
Havia um conceito, geralmente aceito por todos, de que a origem dos conflitos mundiais estava nas contradições entre os dois grandes sistemas sociais. Antes de 1917 havia apenas um sistema no mundo, o capitalismo, o que não impediu, entretanto, que nações que adotavam o mesmo sistema econômico entrassem em luta. No passado, houve guerras e guerras. E, durante a Segunda Guerra Mundial, países representantes de diferentes sistemas uniram-se contra o fascismo e acabaram por derrotá-lo. O interesse comum entre vários povos e Estados, todos ameaçados pelo fascismo, conseguiu fazer com que desaparecessem as diferenças sócio-políticas entre as nações e permitiu a criação de uma coalizão antifascista, “supra-sistema”. Isso significa que, também hoje, em face de um perigo ainda mais ameaçador, seja possível pensar em colaboração entre Es-

tados com diferentes sistemas sociais, na busca de colaboração mútua, em nome da paz.

Sempre buscando desenvolver nossa filosofia de paz, voltamos os olhos para a idéia da interdependência entre guerra e revolução. No passado, várias vezes a guerra serviu de estopim para as revoluções. Podemos lembrar o episódio da Comuna de Paris, que surge como que um eco da Guerra Franco-Prusiana, ou a Revolução Russa de 1905, praticamente detonada pela guerra russo-japonesa. A Primeira Guerra Mundial provocou uma verdadeira tempestade revolucionária que culminou com a Revolução de Outubro em nosso país. A Segunda Guerra Mundial evocou uma nova onda de revoluções no Leste europeu e na Ásia, com ressonâncias nas guerras anticolonialistas.

Isso serviu para reforçar a tese marxista-leninista de que o imperialismo gera, inevitavelmente, grandes conflitos armados, na medida em que cria, em vários países, uma “massa crítica” de insatisfação social potencialmente revolucionária. Daí a conclusão que parecia óbvia e que prevaleceu durante muitos anos em nosso país: uma terceira guerra mundial, desencadeada pelos imperialistas, acabaria por detonar novos levantes sociais, que determinariam o fim do sistema capitalista e levariam à paz global.

Quando, porém, as condições se alteraram radicalmente, até se tornar evidente que o único resultado possível de uma guerra nuclear seria a destruição universal, nos obrigamos a reavaliar a relação de causa e efeito que percebíamos entre guerra e revolução. A perspectiva de progresso social “coincidia” com a perspectiva de se poder evitar a eclosão de uma guerra nuclear. No 27º Congresso do PCUS, tratamos de “separar” os temas guerra-revolução, excluindo da nova edição do programa partidário as seguintes duas frases: “Caso os agressores imperialistas embarquem na aventura de uma nova guerra mundial, os povos se rebelarão contra a existência de um sistema que os faz mergulhar em guerras devastadoras. Destruirão o imperialismo e o enterrarão para sempre”. Essas frases, admitindo-se, pelo menos teoricamente, a possibilidade de uma nova guerra

mundial, foram excluídas do programa porque já não correspondiam às realidades da era nuclear.

É inevitável a competição econômica, política e ideológica entre os países capitalistas e socialistas. De qualquer modo, a competição deverá ser mantida em termos pacíficos, tendo em vista sempre a possibilidade de cooperação. Caberá à História julgar os méritos de cada sistema, e a História acabará por descobrir a verdade. Deixemos que cada nação decida qual o melhor sistema ou a melhor ideologia. Deixemos que essa escolha se dê através da competição pacífica, em que cada sistema dê mostras de sua capacidade para satisfazer às necessidades e interesses humanos. Os Estados e povos da Terra são muito diferentes, e é bom que assim seja, pois a diferença é um incentivo à competição. A compreensão dessa unidade dialética de opostos é parte do conceito de coexistência pacífica.

São esses, pois, em linhas gerais, os principais estágios pelos quais passamos desde a elaboração de uma nova filosofia de paz e até a compreensão da nova dialética entre os interesses e princípios comuns aos homens e às classes, em nossa época moderna.

Será que essas idéias implicam que tenhamos desistido de analisar os determinantes de classe presentes nas causas de ameaça nuclear e dos demais problemas globais? Não. Seria operar em erro ignorar a heterogeneidade de classe das forças que atuam na arena internacional, ou ignorar a influência do antagonismo de classes nos negócios internacionais e em quaisquer abordagens da atividade humana.

Não deixamos de ver como são fortes as posições das alas militaristas e agressivas das classes dominantes nos principais países capitalistas. A área de maior resistência está no poderoso complexo militar-industrial, cujos interesses se confundem com a própria natureza do sistema capitalista, que vive de auferir grandes lucros da fabricação de armas às expensas dos contribuintes. Essas alas tentam convencer o povo de que seu dinheiro não está sendo gasto em vão e, para isso, lançam mão de argumentos tais como a ameaça do "inimigo externo", que

paira sobre o bem-estar nacional e os "altos interesses nacionais" em geral. Surge daí uma política de poder, negligente e irresponsável. Como é possível, nos tempos presentes, fazer com que tudo dependa da correlação de forças, quando apenas uma pequena parte dos arsenais disponíveis é suficiente para varrer a humanidade da face da Terra? Essa é, precisamente, a mentalidade que ficou conhecida como da Guerra Fria, mentalidade que, entretanto, tem profundo enraizamento nos interesses econômicos muito concretos das corporações militares, que se recusam a abrir mão de seus privilégios e nos mecanismos burocráticos que servem ao militarismo.

Há de haver quem pergunte por que mantemos e modernizamos nossas Forças Armadas. Posso responder com bastante segurança, porque sou presidente do Conselho de Defesa da União Soviética. Desde a Revolução de Outubro, nosso país vive sob ameaça constante e potencial de agressão. Tente ver a situação sob nosso ponto de vista. Passamos por uma guerra civil na qual se envolveram várias forças estrangeiras, sofremos a intervenção de catorze Estados, um bloqueio econômico seguido da implantação de um cordão sanitário, não recebemos reconhecimento diplomático (os Estados Unidos só vieram reconhecer oficialmente o governo soviético em 1933), sofremos várias provocações no Leste europeu e, finalmente, passamos por uma guerra sangrenta e devastadora contra o fascismo, gerada no Ocidente. Isso, sem esquecer os planos de ataque nuclear à URSS engendrados pelos militares americanos e pelo Conselho de Segurança Nacional. Gostaríamos de saber, também, por que o Ocidente foi o primeiro a montar uma aliança militar, a OTAN, ao mesmo tempo que continua a desenvolver novas armas? Ou, ainda, por que a atual administração dos EUA não deseja o fim dos testes nucleares e por que continua a pressionar o povo americano para que aprove as colossais verbas exigidas pelo programa Guerra nas Estrelas? Não são questões ociosas. É possível acreditar que fatos como esses possam encobrir uma sincera aspiração à paz? Repito: tente ver a situa-

ção a partir de nosso ponto de vista e análise, então, o modo como reagiria.

Por essas razões, estamos sinceramente abertos para o desarmamento, mas desde que seja assegurada uma base justa e equivalente de segurança e sejam garantidos também os termos de uma cooperação em larga escala. Entretanto, sem jamais esquecer as amargas lições do passado, não podemos nós comprometer com qualquer processo unilateral, temerosos de que nossa atitude possa tentar os defensores dos "interesses nacionais globais". Em nossa opinião, mais importante agora é acionar o mecanismo de autopreservação da humanidade, estimulando o crescimento do potencial de razão, boa vontade e aspiração à paz.

A "mão de Moscou"

Provavelmente, entre todas as declarações públicas de líderes soviéticos, a mais citada e distorcida no Ocidente é a de Nikita Krushev, zangado: "Nós vamos enterrar vocês!" É importante, para a compreensão dos leitores, que nos lembremos dos acalorados debates travados entre especialistas em agricultura e cientistas, aos fins dos anos 20 e começo dos anos 30, debates que foram descritos, com amarga ironia, como uma disputa sobre "quem enterraria quem". A frase de Krushev, inspirada nesses debates, foi absolutamente infeliz, sob qualquer aspecto segundo o qual possamos analisá-la, mas deve ser entendida apenas em seu contexto original e jamais tomada literalmente. Krushev referia-se à competição entre os dois sistemas e desejava mostrar que o socialismo não teme qualquer comparação com o capitalismo e que não há dúvida de que o futuro pertencerá ao socialismo. Krushev era um homem emocional e ressentia-se pessoalmente do fato de que suas propostas e esforços no sentido de tornar mais clara a situação internacional esbarrassem sempre em uma sólida muralha de incompreensão e resistência.

Permita que lhe diga, agora baseado em minha própria experiência pessoal, que negociar com representantes do Ociden-

te, sobre questões de desarmamento, exige infinita paciência, já que a todo momento emergem, na discussão, os interesses econômicos. É preciso dizer também que, se nós, na URSS, julgássemos a política de algum outro Estado a partir do que dizem seus líderes, há muito haveria começado o tiroteio. Não agimos assim. Portanto, já é tempo de que o Ocidente pare de explorar uma simples frase pronunciada por um homem que já não continua entre os vivos e que, de modo algum, representa nossa verdadeira posição sobre o assunto.

Quanto ao misterioso livro de citações da Casa Branca, a que o Ocidente sempre recorre e se refere, onde se lêem frases sobre a "doutrina" de Lênin que recomendaria a difusão do comunismo pelo mundo, com o objetivo de subjugar toda a Europa, é também importante que se esclareça que nem Marx, nem Lênin, nem qualquer outro líder soviético jamais afirmou coisa semelhante. As tais "citações", usadas às vezes por interlocutores altamente qualificados, são fruto da mais grosseira falsificação ou, na hipótese mais otimista, da pura ignorância.

São comentários que gostaria de fazer sobre a tão discutida "mão de Moscou". De acordo com a teoria marxista, o futuro pertence a uma sociedade onde não mais exista a exploração do homem pelo homem nem opressão nacional ou racial. O futuro pertence a uma sociedade governada por princípios de justiça social, liberdade e desenvolvimento harmônico do indivíduo. Mas todas as nações têm o direito de decidir se esses princípios lhe são interessantes ou não e se desejam ou não adotá-los para reestruturar a vida. Em caso afirmativo, cabe também a cada uma das nações decidir o ritmo em que desejam implantar as mudanças e a forma segundo a qual querem fazê-las.

"O proletariado vitorioso não pode impor a qualquer outra nação o seu próprio ideal de vida feliz, sem comprometer gravemente sua própria vitória." Essa afirmação de Marx é a definição precisa de nossa atitude em relação a qualquer possibilidade de "exportar a revolução". "As revoluções eclodem", disse Lênin, "quando milhões de pessoas descobrem que já não podem mais viver como viviam." Elas "eclodem conforme o pro-

cesso de desenvolvimento histórico e sempre que ocorre determinada combinação de condições internas e externas”. Qualquer tentativa de “encomendar” uma revolução ou marcar data para que ocorra foi sempre condenada, por Lênin, como “charlatanismo”.

A teoria que conhecemos como socialismo científico afirma que a sociedade humana passa por certos estágios ao longo de seu desenvolvimento. Houve a sociedade primitiva, depois o sistema escravagista e o feudalismo. O feudalismo deu lugar ao capitalismo e o século 20 assistiu ao nascimento da sociedade socialista. Temos a firme convicção de que esses passos são naturais na escalada histórica, em termos de uma inevitável evolução. Nada podemos fazer para impedir que o Ocidente continue a acreditar que o capitalismo é a etapa superior da evolução da civilização, pois tem todo o direito de assim pensar. Quanto a nós, simplesmente não concordamos com esse ponto de vista, e deixamos à História a tarefa de decidir quem está certo e quem está errado.

As revoluções e os movimentos de libertação germinam nos solos das nações e brotam quando a miséria e a opressão a que são submetidas as massas se tornam insuportáveis, quando a dignidade nacional é insultada e quando determinada nação é roubada do direito de decidir sobre os rumos de seu próprio destino. Quando as massas se erguem para lutar é porque estão à beira de perder seus últimos direitos essenciais. Nenhuma ambição pessoal ou nacional externa, nem mesmo a “mão de Moscou”, tem algo a ver com esse processo. Em duas palavras, esse mito não é senão uma mentira mal-intencionada.

Implicações internacionais das novas idéias

Não consideramos as novas idéias como algo fixo e determinado de uma vez por todas e para sempre. Não imaginamos que tenhamos encontrado a verdade final e definitiva, em relação à qual os outros povos apenas aceitem ou rejeitem, e que nos limitemos a rotular uma possível posição como certa ou errada. As coisas não parecem assim tão simples. Para nós, essa

concepção é um processo ao longo do qual continuamos a aprender e a incorporar experiências novas. Lênin dizia que nem mesmo setenta Marxes seriam suficientes para analisar todos os processos inter-relacionados na economia mundial. Daqueles dias até o presente o mundo se tornou ainda mais complexo. O desenvolvimento de um novo modo de pensar exige que dialoguemos não apenas com as pessoas que partilham nossos pontos de vista e convicções, mas também com as que discordam de nós e representam um sistema filosófico e político diferente do nosso.

É indiscutível que também elas carreguem sua carga específica de experiência histórica, cultura e tradições populares; fazem também parte do processo de desenvolvimento do mundo e têm todo o direito a apresentar suas próprias opiniões e a exercer papel ativo na política mundial. Estou convencido de que os políticos contemporâneos devem dedicar especial atenção ao potencial intelectual de outros povos e países, para evitar que suas atividades se viciem do provincianismo e da estreiteza de perspectiva, para dizer o mínimo.

Por essas razões é que temos insistido na necessidade de um diálogo amplo, no qual nossos pontos de vista possam ser comparados, debatidos e discutidos. Esse tipo de confronto estimula a criatividade e evita que os povos permaneçam presos a modos de pensar convencionais. A razão principal, contudo, é que o diálogo poderá ser um fator importante na internacionalização das novas idéias.

O diálogo entre povos de diferentes mundos, povos de diferentes sistemas de vida, com diferentes idéias é muitíssimo importante. Se estiverem unidos pela mesma preocupação com o futuro da humanidade, sejam quais forem as diferenças de opinião que os separem, acabarão, sem dúvida, por encontrar pontos de contato e interesses comuns, pelo menos em relação às questões mais prementes. E aqui temos um bom exemplo para todo o mundo.

Esse processo pode ser facilmente identificado nos encontros entre cientistas, escritores, personalidades do mundo da cultu-

ra. Todos se mostram sinceramente envolvidos com as ameaças que pesam sobre o futuro mundial, sobre os rumos do destino humano, preocupados em oferecer toda a colaboração possível para minorar o sofrimento dos que vivem em condições subumanas. Isso é de suma importância, sobretudo em nossos dias, quando a ciência e o intelecto humano aplicam-se em revelar os mais obscuros mistérios da vida e da natureza e virtualmente determinam o rumo da História. Posso afirmar que o diálogo informal e vivo entre políticos, cientistas e personalidades culturais é hoje uma necessidade imperativa.

O contato com essas pessoas não apenas serve para enriquecer teorias e filosofias que venhamos a elaborar, mas tem também influenciado as atitudes e decisões de caráter político adotadas em anos recentes.

Lembro-me bem do encontro que mantive, em novembro de 1985, com uma delegação de detentores de prêmios Nobel, reunidos em congresso: George Wald (EUA), Teo Knippenberg e Susan Gabrielle (Holanda), Alois Anglaender (Áustria) e Alexander Prokhorov (URSS). Da reunião, participaram também os acadêmicos Anatoly Alexandrov e Yevgeny Velikhov. Nosso encontro teve lugar pouco antes de minha partida para Genebra, onde, pela primeira vez, deveria me encontrar com o presidente Reagan. Os cientistas eram porta-vozes de um apelo, em nome dos congressistas. Nós discutimos juntos e muito seriamente as possíveis conseqüências da utilização de armamento nuclear, a importância da proibição de testes nucleares e o risco de militarização do espaço. Concordamos em que os esforços em nome da segurança, através do desarmamento, deveriam ser combinados com esforços no sentido de garantir condições decentes de vida aos homens.

Lembro-me de ter ouvido os detentores do prêmio Nobel afirmarem que, hoje em dia, é necessário mais coragem para defender a paz do que para preparar a guerra. Essa reunião forneceu importante reforço moral para as posições que pretendíamos defender durante o encontro com o presidente americano.

Outro exemplo. No Fórum Internacional de Moscou Pró-Desnuclearização e Pró-Sobrevivência da Humanidade, no qual se reuniu um número nunca superado de participantes altamente qualificados, tive a oportunidade de sentir as tendências e ouvir as idéias de uma importante parcela da elite intelectual internacional. As discussões desse Fórum causaram-me impressão profunda e duradoura. Tornei a levantar as questões discutidas então com os demais membros do Politburo e decidimos assumir novos e graves compromissos: desmembramos o “pacote” de Reykjavik e separamos das demais questões o problema dos mísseis de médio alcance na Europa.

Ainda outro exemplo. Repetidas vezes a URSS fez prolongar a moratória unilateral que houve por bem estabelecer em relação às explosões nucleares. Isso, é importante que se declare, foi resultado da análise cuidadosa que fizemos dos vários apelos que líderes soviéticos vinham recebendo de intelectuais de outros países. As preocupações que demonstravam e os argumentos que apresentavam foram levados em consideração, porque entendemos que qualquer política responsável deve sempre considerar a opinião da parcela mais esclarecida da população. Acredito firmemente que uma política que não reflita sinais de preocupação com o futuro da humanidade — e nessa preocupação talvez esteja a marca distintiva do verdadeiro intelectual — é imoral e não merece respeito.

Outra importante colaboração à idéia no novo pensamento foi trazida pelo Fórum de Issyk-Kul, ao qual compareceram personalidades mundialmente conhecidas, convidadas pelo escritor soviético Chinghiz Aitmatov. Também me reuni com eles. O tema central dos debates foi “Humanismo e Política”, com especial atenção para os aspectos morais e intelectuais da atividade política na era nuclear. Declarei, naquela oportunidade, que as nações haviam aprendido muito com as tragédias do passado, haviam reunido forças e recomeçado a pôr as idéias em ordem até que, tendo superado as derrotas, as dificuldades e as perdas voltavam a se reerguer e a andar rumo ao futuro, cada uma delas escolhendo seu próprio caminho. O que aconte-

cerá se fracassarmos na tentativa de exorcizar a ameaça nuclear que pende sobre o planeta onde todos vivemos? Temo que não tenhamos chance de corrigir qualquer erro que possamos cometer. Aí está nossa principal tarefa. Exatamente por ser uma tarefa vital, todo o potencial moral e intelectual da cultura humana deverá ser posto a serviço da política.

A Internacional Médica para Prevenção da Guerra Nuclear conseguiu influenciar poderosamente a opinião pública mundial, em um período de tempo relativamente curto. Criada pelo professor americano Bernard Lown e nosso acadêmico Yevgeny Chazov, a entidade reúne, atualmente, dezenas de milhares de médicos das Américas, Ásia, África e Austrália. Já conhecia o professor Lown, mas, depois do congresso realizado em Moscou, tive a oportunidade de conhecer também os demais líderes do movimento. É impossível não dar atenção ao que estão dizendo. O que se tem como proposta é digno do maior respeito, porque o que dizem e o que fazem nasce de um profundo conhecimento científico, aliado ao apaixonado desejo de chamar a atenção de todos sobre o perigo que paira sobre a humanidade.

À luz de seus argumentos, baseados nos dados estritamente científicos de que dispõem, fica evidente que já não temos tempo para politicagem. Nenhum político sério tem o direito de ignorar as conclusões do grupo ou as idéias pelas quais a opinião pública mundial avança em passos acelerados.

No que diz respeito às lideranças soviéticas, posso assegurar que estamos abertos a todas as opiniões (mesmo as que nos criticarem), vindas dos mais diferentes povos. Nossos contatos com outros grupos humanos servirão sempre para testar o potencial de nossas novas idéias e o realismo de nossa política. Qualquer semelhança, às vezes até a identidade de pontos de vista, que venhamos a constatar nesses contatos, servirá para provar a nós mesmos que nossa nova abordagem da realidade segue a mesma trilha de pensamento que anima a parcela bem-intencionada da humanidade. É natural que eu, como comunista, mantenha contatos com representantes do movimento comunista em vá-

rios países. Nos últimos anos, esses contatos alteraram-se muito. Aos poucos, vamo-nos afastando da diplomacia interpartidária que muitas vezes mascarou a verdade ou, o que é ainda pior, a travestiu, como nas fábulas de Esopo. Não importa o que pensem nossos oponentes, o comunismo surgiu e existe em nome dos interesses do homem e de sua liberdade, na defesa de seus direitos mais genuínos e em nome da justiça na Terra. O comunismo tem um imenso potencial humanitário. É por isso que é indispensável que partilhemos as idéias que configuram nossa visão de mundo, os valores, as considerações, mesmo quando criticamente construtivas. Esse contato com os irmãos em espírito nos ajuda a desenvolver um novo modo de pensar e de usar politicamente o rico patrimônio da experiência internacional que reflete os sentimentos e interesses dos trabalhadores.

Vemos a intensificação dos contatos internacionais entre cientistas e personalidades culturais e intelectuais em geral, bem como os contatos entre os vários movimentos que lideram, como uma tentativa de atrair para suas fileiras as parcelas mais qualificadas da população de seus países, fazendo com que entendam o mundo contemporâneo e expressem suas opiniões sobre o futuro, como um meio de tentar evitar a catástrofe final.

Isso se aplica não apenas às questões de desarmamento, desmilitarização das atitudes individuais e da própria sociedade, mas também aos demais problemas que dizem respeito à humanidade, como as ameaças à ecologia, o fim das reservas e recursos energéticos, a saúde, a educação, a alimentação, o crescimento populacional, as conseqüências da revolução da informática etc. Descobrimos muitos pontos em comum e muitas idéias úteis em nossos contatos com homens de ciência e cultura e com as parcelas mais qualificadas e autorizadas da opinião pública em geral.

Volto a repetir que se tornou imperativo que políticos e cientistas procurem encontrar-se e trocar idéias, o que, dadas as condições atuais dos problemas que enfrentamos, torna-se, até, uma aspiração natural para ambos.

Recentemente conversei com um dos mais destacados escritores latino-americanos, Gabriel García Márquez, um homem brilhante, de pensamento abrangente e global, o que se confirma com a simples leitura de qualquer de seus livros. Ao longo da conversa, falando sobre o processo de reestruturação que a URSS está vivendo, acabamos por nos aproximar de alguns dos maiores problemas sociais e internacionais de nosso tempo. Porque todo o mundo está a exigir reestruturação, isto é, mudança qualitativa e desenvolvimento progressivo. A opinião de um homem como García Márquez é muito importante e muito inspiradora precisamente porque reflete os pensamentos, aflições e sentimentos de milhões de brancos, negros, amarelos — de todos os povos da Terra. Isso, para mais uma vez dizer que o que já começamos a fazer em nosso país pode trazer imensos benefícios a muitos outros povos.

É bem-vinda a influência direta de numerosos e variados movimentos populares: feministas, jovens, pacifistas, grupos de defesa da ecologia, dos sindicatos, bem como dos movimentos políticos internacionais; influência que, nos últimos anos, tem-se tornado cada vez mais significativa. Esses grupos, com suas exigências e profundo senso de responsabilidade, vêm conseguindo romper os estreitos limites da diplomacia.

É mais do que justo que o povo seja informado sobre as intenções dos estadistas, dos quais depende atualmente o rumo dos acontecimentos nas áreas-chave da vida internacional. Mantive contato com uma delegação da Federação Mundial Sindical, organização gigantesca que representa centenas de milhões de trabalhadores de todo o mundo. Essa delegação entregou-me um documento aprovado pelo seu 11.º Congresso Mundial, com um apelo ao presidente dos EUA e a mim. A importância desse documento reside, em minha opinião, no fato de que representa o desejo da classe operária, refletindo o interesse comum de toda a humanidade em uma paz segura. Esse documento e a conversa franca que mantive com os líderes operários convenceram-me de que a missão histórica do operariado, como porta-voz de todas as aspirações de progresso social —

em nome de seus próprios interesses —, ainda se mantém. Mesmo nas atuais condições, tão diferentes hoje, em relação ao momento em que, pela primeira vez, a classe operária se conscientizou dessa missão.

Também muito me comoveu o Congresso Mundial de Mulheres, realizado em Moscou, em junho de 1987. Fui convidado a dirigir a palavra a mulheres vindas de mais de 150 países. Outra vez, o que senti, ao ouvir as delegadas e ao me dirigir a elas, foi um profundo envolvimento pessoal nos grandes acontecimentos mundiais. Na verdade, as mulheres, cuja predestinação natural é assegurar a continuação da espécie e sua preservação, mostravam-se completamente desprendidas, sem egoísmos, dispostas ao sacrifício, defendendo com ardor a idéia da paz. Esse congresso foi, para mim, uma experiência enriquecedora, tanto do ponto de vista político quanto emocional.

Diariamente recebo muitas cartas, telegramas e mensagens de todo tipo, vindas dos mais diferentes lugares do mundo — de políticos, figuras públicas, prefeitos, professores e homens de negócios. Mas a maior parte da correspondência que me é enviada vem de gente do povo, casais, famílias e crianças, escrevendo individualmente ou em grupos. Algumas são muito comoventes, contêm poemas, versos, desenhos, pequenos objetos de artesanato, *souvenirs*, títulos de clubes ou de confrarias de alunos. Às vezes, até orações. E por trás de tantos sentimentos humanos, tão profundamente diferenciados, está sempre presente uma grande ansiedade pelo futuro da paz, além da esperança de que o mundo mereça uma vida melhor do que a que nos oferece o presente, sob a ameaça do holocausto nuclear.

Por mais ocupado que esteja, sempre procuro responder a todos. O que de mais importante essas cartas trazem é o sentimento de confiança na URSS e em nossa atual política. Essa confiança é, para nós, de valor inestimável, e tudo faremos para merecê-la, seja em nossas atitudes no plano político interno, seja na arena internacional.

Esse contato com povos do mundo inteiro serve para refor-

çar minha convicção de que ainda há esperança para a civilização, posto que muitos homens e mulheres honestos ainda pensam e se preocupam com o presente e o futuro e se mostram dispostos a dedicar talento, conhecimento, tempo e energia emocional para lutar pela preservação do que temos, sem desistir de trabalhar por um mundo melhor e mais justo.

Assim, ao mesmo tempo que baseamos nossa política em um novo modo de pensar, tentamos evitar nos manter confinados às idéias e à linguagem política que nos são típicas e específicas. Não temos nenhuma intenção de converter todos ao marxismo. O novo pensamento político pode e deve se alimentar da experiência de todos os povos, de modo a assegurar o enriquecimento recíproco e a confluência da tradição cultural de muitos povos.

→ *Por uma política externa honesta e aberta*

As lideranças soviéticas vêm lutando para conduzir as questões externas de um modo novo. *Diálogo* é a primeira palavra que deve ser mencionada nesse contexto, porque, sem ele é difícil imaginar que se possa alcançar o entendimento. A partir do momento em que nos envolvemos com os princípios das novas idéias, fizemos do diálogo um dos instrumentos básicos para testá-los na prática internacional. Além disso, o diálogo nos permite avaliar o realismo de nossas idéias, iniciativas e ações internacionais. E descobrimos, com prazer, que essa palavra que, ao contrário de perestroika, não é de origem russa, conseguiu ser assimilada, com rapidez, pelo vocabulário diplomático nos últimos anos. O próprio diálogo político passou a desempenhar um papel mais importante do que nunca no cenário das relações internacionais.

Durante os dois anos e meio em que atuo como secretário-geral, mantive nada menos que 150 reuniões e encontros com chefes de Estado e governo, líderes parlamentares e partidários — comunistas, social-democratas, liberais, conservadores —, bem como com políticos e figuras públicas dos mais variados níveis, da Europa, das Américas, da Ásia e da África.

Essa atitude tem sido a prática comum de vários líderes soviéticos. Aprendemos muito com esses encontros e creio que o mesmo ocorre com nossos interlocutores, pois os encontros servem para estabelecer e reforçar relações internacionais civilizadas, tão essenciais ao mundo moderno.

Além do mais, desejamos voltar ao sentido original e verdadeiro das palavras que usamos em nossos contatos internacionais. Ao declarar-nos comprometidos com uma política honesta e aberta, queremos realmente nos referir à honestidade, à decência e à sinceridade e nos dispomos a observar esses princípios em nossas ações. Não que sejam princípios novos — na verdade, os recebemos de Lênin, como herança. O que há de novo é que desejamos libertá-los das ambigüidades tão disseminadas no mundo moderno. O que há de novo, também, é que a situação presente os torna obrigatórios.

Para começar, tratamos de acabar com qualquer discrepância que pudesse haver entre o que dizemos aos nossos interlocutores estrangeiros quando reunidos a portas fechadas e o que declaramos ou fazemos em público. Devo confessar que não sou favorável a essa complicada diplomacia que faz com que mal possamos entender, ao fim da reunião, o que nosso interlocutor desejava dizer. Prefiro uma política aberta e mais eficiente. Não se pode fazer política com duas caras, porque, sem a possibilidade de prever os passos seguintes, não há estabilidade internacional possível. Tudo deve ser feito às claras e com toda a abertura possível nos negócios internacionais, sem tantas manobras táticas e disputas verbais. Já ninguém mais pode continuar a enganar ninguém. Não me canso de repetir isso a todos os meus interlocutores do Ocidente.

O que é necessário hoje em dia para os líderes é uma correta avaliação da realidade, uma mentalidade lúcida e um sempre maior senso de responsabilidade. O que equivale a dizer que é hora de fazer política com seriedade, sem brincar de política e sem fazer politicagem.

Creio que o novo estilo das relações internacionais implica ampliar o seu raio de ação para além dos limites do processo

diplomático propriamente dito. Os parlamentos estão se transformando em elementos ativos nos contatos internacionais, bem como os governos, e isso já é um avanço bastante estimulante, pois aponta para a democratização crescente das relações internacionais. Outro sinal dos tempos é a ampla participação da opinião pública para além dos limites previstos pela diplomacia, bem como das organizações públicas nacionais e internacionais. Contatos públicos, diplomacia civil, um modo de falar diretamente ao povo, isso também está se transformando em atitude comum nas relações de Estado a Estado.

Ninguém deve estranhar que estejamos lançando mão dos métodos de diplomacia civil. Apenas percebemos que o peso maior da corrida armamentista está posto sobre os ombros do povo, sem falar nas possíveis conseqüências dos conflitos internacionais, e desejamos que as posições da URSS sejam assunto do dia-a-dia em todos os lares do mundo.

A essa altura, devo me referir ao tema delicado e sensível das relações entre política e propaganda. Uma das respostas mais freqüentes em relação às nossas iniciativas de política externa tem sido: “Isso é propaganda!” Temos que reconhecer que quaisquer propostas de política externa nessa era de informação de massa e interesses de massa nos problemas internacionais, vêm sempre acompanhadas de propaganda. É importante que sejam “um acontecimento”. Os líderes americanos, por exemplo, começam a falar de seus lances internacionais muito antes de anunciá-los oficialmente e sempre se referem a eles como “grande”, “histórico”, “crucial” etc. Na verdade, a única coisa que realmente interessa conhecer é o verdadeiro caráter da proposta: se poderá realmente ser posta em prática, se é essa a intenção inicial, se é realista, se leva em consideração os interesses de todas as partes envolvidas ou se, ao contrário, visa apenas agitar e causar comoção. De nossa parte, posso declarar, com total responsabilidade, que nossas iniciativas são sempre anunciadas com seriedade. São, nas palavras de Lênin, “*slogans* para ação”, e não “*slogans* de propaganda”.

Posso repetir, em sã consciência, o que declarei à revista *Ti-*

me em agosto de 1985. Seja lá como for, se eles realmente não conseguem ver coisa alguma além de propaganda no que fazemos, por que não adotam a tática do “elas por elas?” Nós suspendemos as explosões nucleares. Por que os americanos não reagem e, em sinal de represália, fazem o mesmo, orquestrando para a divulgação do evento uma gigantesca campanha publicitária? Ou, digamos, por que não suspendem a construção de um de seus mísseis estratégicos? Nós responderíamos com algum outro gesto propagandístico do mesmo tipo, eles reagiriam novamente e assim por diante. Quem, afinal de contas, sairia perdendo com esse tipo de competição?

Dois anos e meio não é muito tempo. A julgar pelos sinais que já podem ser observados, o período sobre o qual estamos falando já se mostrou bastante fecundo em termos de acontecimentos. O que houve de mais importante? Alguns poderão dizer que as novas idéias vão abrindo caminho no mundo da política com extrema dificuldade, o que é verdade. Outros dirão que a inércia que faz com que o velho pensamento resista é ainda maior do que o impulso de renovação, o que também é verdade. E, mesmo assim, a parte mais importante da tarefa de preparar o terreno para a reforma das relações internacionais já foi feita. Temos a firme convicção de que o mundo conseguirá mudar para melhor. O mundo já está mudando.